

Garantir as conquistas e combater o retrocesso: nosso projeto educacional não pode ser negociado

Notas preliminares sobre o documento “Pátria Educadora”

Deputado Federal Paulo Pimenta¹

O Governo Federal tornou público no dia 22 de abril de 2015 o documento intitulado ***Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional***, elaborado pela secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e que propõe diretrizes para um projeto que incida sobre a qualidade dessa etapa educacional. No presente texto, para além de constatar que a terminologia “educação básica”, adotada pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB não é utilizada no documento analisado, buscamos refletir conceitualmente sobre as propostas ali constantes.

Entendemos que **educar é mais amplo do que ensinar** e que **a educação deve estar orientada para a formação integral do ser humano**. Nessa perspectiva, o conhecimento é fundamental tanto para o desenvolvimento das capacidades quanto para a orientação de valores e de práticas, individuais e coletivas. Assim compreendida, a educação torna-se um valor universal, diz respeito à dignidade e deve ser para todos e todas, independentemente de origem, classe social, gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, condição de deficiência.

¹ Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul, no 4º mandato, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, foi Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Contato pelo e-mail dep.paulopimenta@camara.leg.br.

A Educação nesse contexto é compreendida como um Direito Humano Fundamental, necessário para o acesso aos demais direitos, devendo, portanto, ser efetivado como política pública com oferta ampla e gratuita, reconhecendo seus diferentes sujeitos de direitos.

No atual contexto, onde se mobiliza mais em prol da mensuração quantitativa dos resultados capaz de responder às exigências de padronização, o valor universal da educação vem perdendo força como princípio orientador dos projetos pedagógicos das instituições escolares e das políticas educacionais, cedendo lugar a um tipo de qualidade regulada pelo valor de mercado obcecado por eficácia. Assim, o currículo escolar é enfraquecido enquanto um lócus do pensamento crítico, especulativo e criativo, incluindo o aprofundamento teórico, a busca da compreensão da realidade e a resolução de problemas.

Não se trata de refutar a educação que orienta a formação para o mundo do trabalho, mas, sim, de estabelecer as relações entre a educação e a sociedade, evitando-se que o enfoque econômico do modelo de instrução que prioriza o saber considerado necessário à produtividade se sobreponha às demais dimensões da vida, como a solidariedade, a dignidade, a sustentabilidade, a inclusão e outras.

O projeto *Pátria Educadora* constata que o país avançou na expansão do acesso ao ensino, faltando assegurar a universalização em todos os níveis e avançar na qualificação. Entretanto, seu ideário não indica o aprofundamento desse percurso.

Orientado por uma visão pragmática que desconsidera a relação entre a educação, a democracia e a cidadania, este projeto utiliza os parâmetros de competência estabelecidos internacionalmente e, com base

nos resultados obtidos por meio de provas padronizadas, conclui que a “nossa situação é dramática”. Esta é uma análise reducionista acerca dos conflitos que caracterizam a educação na atualidade, que não situa o processo histórico de exclusão e de desigualdades e não faz avançar em relação à concepção de qualidade social da educação, servindo apenas para consolidar uma ideia de desqualificação da educação pública. O que está definido como dramático nesse documento não é o elevado índice de analfabetismo e o baixo nível de escolaridade de jovens e adultos, especialmente entre negros, povos indígenas, do campo e outras situações de exclusão escolar que ainda persistem.

Fica claro que o ideário desse projeto não representa a trajetória do projeto de educação do governo democrático e popular que, nesta última década, compreendendo a educação como um valor para a sociedade e para os indivíduos, buscou evidenciar seu papel social, ético e político.

A reestruturação proposta no documento *Pátria Educadora* não tem como ponto de partida o questionamento da efetiva garantia do direito à educação e a observância das condições de pleno acesso, de participação e de aprendizagem, primordiais para o exercício dos demais direitos. O drama da educação, na concepção de um projeto de educação inspirado no pensamento empresarial, estaria no fraco desempenho do país nos rankings internacionais que, a partir de categorias e parâmetros altamente seletivos, denunciam que grande parte dos estudantes brasileiros não atinge níveis minimamente aceitáveis.

Essa comparação é equivocada e omite o fato de que é realizada entre países que tem um diferencial de mais de 500% no investimento

estudante/ano. Além disso, se caracteriza por definir critérios homogêneos de ensino e aprendizagem que se distanciam das demandas sociais, das questões socioambientais, da diversidade humana e servem para respaldar a necessidade dos países adotarem medidas para atender aos padrões estabelecidos, especialmente, buscando “ajuda” no setor privado, considerado mais flexível e, portanto, mais eficaz para empreender as “correções” exigidas por esse ideário.

Cabe questionar a quem interessa desqualificar a educação pública? Esse enfoque sobre a qualidade educacional e seu sistema de avaliação baseado em notas reforça a competição e a ênfase na instrumentalidade, conduzindo o país, convencido pelo setor privado, a realizar uma reforma na educação que segue o caminho da obsessão pelo lucro, aprofundando a exclusão de parcelas da população consideradas descartáveis para um sistema baseado na competitividade, na individualização dos benefícios educacionais e na distinção que atribui à família a tarefa da educação e à escola a tarefa do ensino.

Ignorando a mobilização e as deliberações das Conferências Nacionais de Educação - CONAE, 2010 e 2014, o documento ressalta que a tarefa de qualificação do ensino público situa-se no contexto maior de desenvolvimento nacional e requer a construção de um ideário e a definição de uma trajetória que engaje a nação, com liderança, posição do Estado e políticas públicas que possibilitem mexer as instituições e as consciências.

Com isso, desprezam-se os atores envolvidos nas diferentes esferas de governo e da sociedade, bem como as políticas públicas que, nesta última década, foram debatidas e definidas para alicerçar a expansão do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica, como a ampliação

do financiamento para a educação básica pública, as iniciativas para a valorização dos/as trabalhadores/as da educação, as medidas para a democratização do acesso aos programas e recursos federais, o investimento em infraestrutura física e tecnológica nas escolas, a constituição da rede nacional de formação docente, a institucionalização de políticas afirmativas para o enfrentamento à discriminação e à exclusão, as ações para a inclusão e para a acessibilidade e a articulação intersetorial das políticas públicas.

Esses são os pilares de uma política que tem como pressuposto o cumprimento do direito de todos e todas à educação. **Não há avanço em educação de qualidade se a política educacional for concebida para atender demandas e aspirações de um estudante idealizado “urbano, branco, de classe média ou alta, sem deficiência, no fluxo escolar” e, subsidiariamente, oferecer um *programa* assistencial para os demais como forma de atender o princípio da igualdade de oportunidades.** Para que realmente aconteça uma política de respeito e de valorização do direito à igualdade e à diferença essa concepção precisa estar expressa nas diretrizes curriculares, nos projetos pedagógicos das escolas e nas políticas públicas.

O projeto *Pátria Educadora* coloca o objetivo da qualificação do ensino no contexto amplo da construção de uma nova estratégia de desenvolvimento nacional definido como “*produtivismo incluyente*”. A qualificação do ensino, desse modo, além de atender a necessidade de enquadramento às novas vantagens da economia mundial, daria melhor chance a cada brasileiro.

“É neste quadro que se insere a qualificação do ensino básico: ela é a parte mais importante deste novo modelo de desenvolvimento produtivista, capacitador e democratizante”.

Apesar da retórica aparentemente mais progressista de democratização de oportunidades econômicas e educacionais, o movimento de reforma apresentado é dominado pela visão empresarial que se expressa nos três pontos de partida indicados no documento como caminho para construir e implementar a proposta.

O primeiro, “aproveitar e ultrapassar o exemplo do que deu certo”, avalia que as experiências de orientação empresarial (metas de desempenho, acompanhamento, avaliação, incentivos, afastamento e nomeação de diretores, programas de reforço) têm efeitos positivos que devem ser incorporados, embora sejam insuficientes. Este modelo é absolutamente contrário à concepção de gestão democrática, cria incentivos que geram competições na categoria profissional ao invés de fortalecer uma política de desenvolvimento profissional e formas de trabalho colaborativo. É importante contestar essa visão que concebe os gestores das instituições escolares como gerentes do ensino e trata a escolha desses gestores por vias administrativas. Não há solução mágica. O que fortalece a democracia é a participação efetiva de toda a comunidade e a promoção do desenvolvimento inclusivo da escola.

O segundo ponto, “mudar a maneira de ensinar e de aprender” situa a necessidade de mudança do ensino tradicionalmente pautado no “enciclopedismo raso e informativo”, com ênfase na memorização de informações que não requer o desenvolvimento do raciocínio analítico. Segundo o texto grande parte dos nossos estudantes, mesmo quando vencem as barreiras da alfabetização funcional, “oscilam entre repetição e devaneio”.

Em que pese a necessidade de superar esse modelo é

perceptível no documento a ausência de uma concepção de currículo que contemple a descoberta, a exploração e a articulação entre os diferentes campos de conhecimento, que questione o conhecimento tido como verdadeiro, que está restrito a uma única resposta e que atende a objetivos predeterminados. O que é recorrente nesse texto é a tentativa de desqualificação do processo educacional, especialmente dos estudantes pobres, conforme se verifica no seguinte trecho:

“Precisamos de um ensino que use o aprofundamento seletivo como palco para a aquisição de capacitações analíticas, direcionadas às habilidades centrais de análise verbal e de raciocínio lógico. E que permita à massa de alunos, vindo do meio mais pobre, superar as barreiras pré-cognitivas que os impede de aceder às capacitações analíticas. Será obra de libertação.”

Sem dúvida, **o que o projeto *Pátria Educadora* configura como qualificação do ensino público é um profundo retrocesso.** Trata-se de uma análise superficial a respeito do que e de como se ensina e, também uma leitura desarticulada da avaliação sobre as condições de oferta da escolarização, corroborando a focalização das dificuldades do ensino centradas no estudante, especialmente os mais pobres.

Assim, **o documento descamba para o preconceito em relação à educação pública** e se refere aos seus estudantes de forma pejorativa utilizando eufemisticamente a expressão “barreiras pré-cognitivas” para qualificar o problema da aprendizagem na superação da ignorância do meio social em que vivem. **O que se verifica é a mais pura expressão de uma concepção que prestigia um tipo de saber e que desprestigia os demais saberes que as pessoas constroem ao longo da vida, que não aborda o pensamento crítico e não compreende a educação enquanto ato político.**

No terceiro ponto, “organizar a diversidade para permitir a evolução”, mais uma vez o documento ignora o percurso político educacional dos últimos anos, afirmando que:

“A educação pública no Brasil tem sido simultaneamente desorganizada e uniforme: uniforme no conformismo com a mediocridade”.

Absurdamente essa afirmação ignora o fato de que está em curso o governo que há doze anos dirige a educação no Brasil, trilhando caminho que não se caracteriza pelo conformismo e a mediocridade.

Esse projeto, ao desqualificar o processo de mudança empreendido na educação, revela total desprezo aos sujeitos capazes de transformar as concepções e as práticas pedagógicas e de gestão, propondo *“substituir a uniformidade desorganizada pela diversidade organizada”*.

Há que se refletir sobre o que significa uniformidade e diversidade neste documento: primeiro, a crítica à uniformidade não compreende a análise dos prejuízos pedagógicos da uniformização do ensino, apenas ressalta a necessidade de contemplar a diversidade necessária no contexto do regime federativo e, dessa forma, a diversidade aqui está limitada às diferenças regionais, seus aspectos econômicas e sociais, desconsiderando-se os processos de construção e desconstrução de identidades, de narrativas, de discursos e de categorias analíticas que envolvem os conhecimentos tecnocientíficos e as relações de poder.

Partindo dessas premissas, o primeiro eixo da qualificação do ensino público apresentado pelo documento é *a organização da cooperação federativa*, onde se defende uma organização que possibilite reconciliar a gestão das escolas pelos estados e municípios com padrões de qualidade,

eliminando-se as disparidades. Assim discorre o documento:

“Para reconciliar a gestão local com padrões nacionais, precisamos de três instrumentos: o sistema nacional de avaliação e de acompanhamento; mecanismos para redistribuir recursos e quadros de lugares mais ricos para mais pobres e procedimentos corretivos para consertar as redes escolares mais defeituosas.”

Nessa perspectiva, a avaliação, com foco no rendimento escolar, indica duas iniciativas úteis, uma é a Prova Brasil para estabelecer Cadastro Nacional de Alunos que, segundo a proposta, serviria para: *“facilitar a individualização de oportunidades de ensino e medidas de apoio a alunos com baixo desempenho e admissão de alunos a programas e escolas de referência”*. A outra iniciativa se refere à identificação e disseminação pelo INEP de experiências exitosas no sistema público de ensino, propagando o que melhor funciona.

Sem mencionar o Plano de Ações Articuladas – PAR, a proposta é reorientar o FNDE para financiar os programas que, segundo esse ideário, *“trabalham em favor da obediência a critérios nacionais de qualidade”*. Incorpora-se a ideia de incentivos às redes e de contrapartida na tarefa de consertar partes do sistema público que não atinjam o patamar mínimo definido, com a constituição de colegiados que possibilitem a atuação conjunto dos três níveis da federação.

A sugestão prevê um quadro do governo federal para trabalhar localmente em situações mais graves, atuando com equipes de especialistas no reforço aos diretores e às escolas com desempenho insatisfatório, podendo, inclusive, afastar e substituir diretores. Discorre que:

“É no terceiro campo, o de conserto de escolas ou redes escolares”

persistentemente malogradas, que temos mais trabalho a fazer e maior necessidade de mudar as leis ou até de emendar a Constituição.”

Além da afirmação do modelo centralizador que atribui ao governo federal funções próprias dos demais entes federados, enfraquecendo os sistemas municipais e estaduais de ensino, o que se traduz como “tarefa corretiva” **é a volta de uma ideologia tecnocrata e autoritária nos sistemas de ensino, implantada por meio de medidas intervencionistas que desvalorizam o potencial da comunidade escolar avançar. É um grande retrocesso no processo democrático conceber uma equipe de especialistas externos à escola para cumprir a função de consertar escolas e redes consideradas defeituosas.**

Há muitos equívocos nesta proposta, todos eles interligados pelo viés conservador que assume o documento *Pátria Educadora*. Um deles é ignorar que os grandes avanços em educação precisam contar com o protagonismo dos sujeitos das escolas e redes de ensino e, portanto, não dizem respeito a ações salvacionistas que se afastam dos propósitos do desenvolvimento profissional; outro equívoco é insistir na normalização de redes definidas como defeituosas, focalizando medidas de correção que não atendem a perspectiva da valorização profissional, concebida como a articulação entre a melhoria salarial, a carreira, a formação inicial e continuada e as condições de trabalho digno.

Esta é a grande cilada de um projeto elaborado sem nenhum tipo de conexão com o processo político e da cultura educacional do país que, desde a Constituição Federal, de 1988 e, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, fortalece a participação popular e o

protagonismo da comunidade escolar na gestão democrática e na construção dos projetos pedagógicos das escolas.

O documento apresenta como segundo eixo da qualificação do ensino público *“a mudança do paradigma curricular e pedagógico do ensino básico”*, essencialmente com a substituição da orientação que privilegia a memória e não a capacitação. Visando o aprofundamento seletivo, as capacitações analíticas e o enfrentamento às chamadas *“inibições pré-cognitivas”*, as novas orientações curriculares propostas compreendem as capacitações de comportamento, sobretudo a disciplina e a cooperação.

Nessa perspectiva, o currículo nacional seria organizado como sequência de capacitações, *“padrão e especiais”*, guiadas por protocolos práticos para cada disciplina. As chamadas sequências especiais, mais abertas, atenderiam alunos que enfrentem dificuldade ou com maior potencial, sendo que estes últimos receberiam oportunidades acadêmicas com programas curriculares específicos mais exigentes, desenvolvidos em escolas comuns ou em escolas de referência criadas na rede federal. Tais escolas, denominadas Escolas Anísio Teixeira, teriam concorrência para o ingresso e trabalhariam integradas aos *“Centros de Qualificação Avançada”* para professores, criando uma *“vanguarda de novas práticas”* que serviriam como o lugar para as sequências curriculares mais exigentes e espaço privilegiado para o experimentalismo pedagógico.

Apesar da retórica utilizada neste documento para dar ares democratizantes ao um ensino que prestigia e promove o reconhecimento de grandes talentos, fica claro essa distinção ao longo do texto que, com base na diferenciação e na categorização de estudantes com maior potencial e daqueles considerados limitados em razão das *“barreiras pré-cognitivas”*,

consolida uma proposta de ensino de excelência:

“A insistência para incorporar ao ensino oportunidades acadêmicas extraordinárias para os que possam aproveitá-la combina com outras iniciativas apresentadas neste ideário para exemplificar um compromisso: o de sacudir a mediocridade. Não se sacode a mediocridade apenas para acomodar a elite dos talentosos. Sacode-se a mediocridade, é certo, para impedir que nossos Newtons e Darwins continuem a baixarem à sepultura sem se haverem reconhecido”.

Essa construção do projeto *Pátria Educadora* faz o caminho inverso ao movimento de educação inclusiva e dos demais movimentos que visaram à superação das distintas formas de exclusão e a discriminação no contexto da educação escolar.

Não podemos suplantarmos as conquistas que resultaram do enfrentamento para eliminar a segregação, isso significaria enfraquecer essa disputa em torno de projetos educacionais: as conquistas das mulheres, cujo destino era uma escola e um ensino voltado à vocação de dona de casa; a luta antirracista dos negros, tidos como desobedientes, perigosos e não afetos ao estudo, ignorados como público da educação ou separados dos brancos em escola para “pretos”; das pessoas com deficiência, consideradas incapazes de acompanhar o ritmo dos demais estudantes e encaminhadas para classes e escolas especiais; dos estudantes considerados mais fracos ou com rendimento insatisfatório, conduzidos para turmas com programas e métodos diferenciados e atividades de reforço para aproximar seu desempenho ao nível dos demais.

Essa concepção confirma uma estruturação curricular que recoloca a distinção entre os estudantes e não aprofunda a discussão sobre

a escolarização no mundo contemporâneo, visando potencializar a formação de todos/as os/as estudantes indistintamente. **O foco e o investimento da educação expressos nesse projeto se voltam para os estudantes considerados com mais condições de aproveitar as oportunidades educacionais**, caracterizando-se como uma proposta que não serve para avançar numa concepção de currículo e de formação docente que valorize a cultura e os desejos daqueles a quem a educação se destina, que ultrapasse a perspectiva de transmissão de conhecimentos, que promova o aprofundamento teórico articulado aos conhecimentos práticos e conceba a aprendizagem ao longo da vida, as diversas linguagens e a difusão da informação em diferentes mídias.

Seu enfoque é outro. **Chama-se de medíocre tudo que não uniformiza e a proposta é justamente o retorno a diferenciação entre os estudantes**, criando programas especiais, com métodos ou técnicas diferenciais necessários para a normalização daqueles “que não quiseram ou não conseguiram”, pela falta de vontade ou de disciplina, bem como, escolas de referência para àqueles que têm um “potencial extraordinário”. Esse projeto **afronta os objetivos mais importantes da educação construídos em décadas, que visam à superação da escola seletiva**, que separa os estudantes considerados “diferentes” por não se enquadrarem ao padrão dominante, esse projeto pode destruir a sedimentação das bases para uma escola das diferenças, uma escola inclusiva, aberta à diversidade.

Fazendo um vínculo explícito, preconceituoso e ilegítimo entre a condição de pobreza e as limitações cognitivas, o projeto da “Pátria Educadora” assume o perfil de diferenciação de categorias de estudantes que por sua vez resultam na elaboração de programas especiais e escolas

distintas. Embora sua argumentação advirta para o risco de uma nação empobrecida para todos porque se rende à mediocridade do ensino é fantasiosa a tentativa de estabelecer um vínculo entre a proposta e o compromisso igualitário, que se funda na diferenciação positiva:

“Todas as nações do mundo enfrentaram, na educação, a tensão entre os ideais de universalidade e igualdade, de um lado, e a determinação de assegurar o espaço aos talentos, de outro. A solução não está em impedir a variação do ensino e impor a mediocridade. Está em usar programas especiais para subsidiar a transformação dos programas gerais. Está também em tomar iniciativas pro-ativas para identificar voçações incomuns na massa de estudantes pobres e prepará-los para candidatar-se às escolas de referência e às sequências curriculares especiais. Só assim evitaremos, dada à desigualdade do país, que apenas a classe média intelectualmente ambiciosa as aproveite.”

Mais uma vez distinguindo capacidades e curvando-se às exigências do mercado, o que se propõe nesse projeto é estabelecer fronteiras abertas entre o ensino geral e o ensino prático, considerando que um tipo de ensino segue a orientação analítica e o outro privilegia capacitações flexíveis e genéricas que atendem as demandas contemporâneas de produção. Tudo isso indica uma reorientação da rede federal técnica e tecnológica.

Essa seria a síntese de uma Pátria que despreza a educação pública e a grande parte dos seus estudantes chamados de ignorantes, portadores de “inibições pré-cognitivas”. A ideia central desse projeto é a afirmação de que os pobres enfrentam obstáculos das capacitações analíticas, embora, sempre venha acompanhada de atenuantes que afirmam

que tais impedimentos não são intransponíveis. Seguindo essa linha argumentativa, a proposta é trabalhar os fatores considerados indispensáveis para o aproveitamento do ensino, enfatizando-se a disciplina.

A disciplina merece destaque no projeto de qualificação do ensino proposto no projeto “Pátria Educadora” que, definindo-a como um conjunto de habilidades que resultam da aliança entre a ambição e a autoestima, preconiza que o lugar do seu aprendizado é na família, atribuindo, mais uma vez, os aspectos da formação humana à esfera privada. Com esse entendimento, **acentua-se o caráter discriminatório do projeto e se explicitam preconceitos de gênero, de classe, de raça e etnia, para pressupor uma incapacidade de grande parte das famílias brasileiras desempenharem esse papel na educação de seus filhos, fazendo essa tarefa recair sobre a escola.**

“É a situação que se multiplica em grande escala no Brasil: nas periferias e nos bairros pobres de nossas cidades, mais da metade das famílias costuma ser conduzida por mãe sozinha, casada ou solteira. Revezam-se os homens como companheiros instáveis. Esta é a mãe, pobre e geralmente negra ou mestiça, que luta para zelar seus filhos e para manter ao mesmo tempo o emprego ou biscate.”

Seguindo esse raciocínio, o documento justifica a necessidade de ações de agentes comunitários para buscar esses alunos e de criar espaços de estímulos e cobranças em turno escolar social ampliado. Trata-se de uma visão que desconhece o processo de construção do Programa Mais Educação implementado pelo MEC, que não se associa às perspectivas punitivas ou de cobrança em relação aos estudantes em situação de vulnerabilidade, sendo concebido como uma proposta de educação integral

que permite a expansão do currículo, com a introdução de macrocampos que contemplam as artes, os direitos humanos, a educação ambiental, entre outros, que beneficiem a formação humana no processo de escolarização.

O terceiro eixo, *“a qualificação de diretores e professores”*, analisa a insuficiência de aumento da remuneração de professores que por si só não resultaria em melhora do ensino e alerta para o fato de os diretores exercerem enorme influência na escola. Em contraponto ao *“apadrinhamento político”* e aos demais processos que *“favorecem a irresponsabilidade e a indiferença ao mérito”*, o texto elenca um conjunto de críticas dirigidas aos profissionais da educação e, reforçando experiências como premiar escolas pelo alcance de metas de desempenho e intervir na formação dos diretores, propõe um Centros de Formação de Diretores, com oferta de cursos intensivos para os atuais diretores e para formar candidatos a diretor, delimitando a escolha de diretores entre os habilitados nestes centros, independentemente do método de escolha.

Em que pese a importância da formação docente, no âmbito da gestão ou das práticas pedagógicas, **este eixo confronta a luta histórica pela eleição direta de diretores colocando-a na mesma esfera da indicação ou apadrinhado político para o cargo, o que reforça a mentalidade tecnocrata de que o bom gestor é o bom administrador, em detrimento da gestão pedagógica.**

É preciso refletir sobre a adoção de um modelo que preconiza a exigência de título para o cargo de direção da escola, contradizendo a própria democracia que libera a condição ou a existência de títulos para o exercício da participação. A participação é a força motriz do processo democrático de escolha e às instituições formadoras cabe incluir essa

perspectiva na formação inicial e continuada de professores, que exercem a função docente tanto na prática de sala de aula como na gestão escolar e nas secretarias de educação.

Aliado aos Centros de Formação de Diretores, a proposta contempla os Centros de Qualificação Avançada para Professores, sob liderança do INEP, com cursos intensivos para suplementar a formação nos cursos de pedagogia e licenciatura, desenvolver as práticas e os protocolos exigidos pelo currículo nacional e discutir as experiências e as inovações escolares. **O que chama atenção na proposta é ausência de entrelaçamento com as nossas universidades, priorizando-se a criação de novas organizações para realizar a formação e outras atividades, além da redução do papel do MEC como na coordenação nacional das políticas educacionais.**

Esse projeto, por fim, **afronta a legislação, ignorando o percurso político de construção do Plano Nacional de Educação** (Lei nº13.005 de 2014), que não vislumbra na consecução de suas metas qualquer estratégia que pretenda a utilização de instrumentos de terceirização de atividades da educação. Rompe com a construção feita no último período de uma visão sistêmica da Educação onde etapas, níveis e modalidades não são concorrentes entre si, mas compõem de modo fundamental as oportunidades para que sejam traçados pelos sujeitos da educação, diferentes percursos formativos.

O que está proposto dentre as suas iniciativas do projeto “Pátria Educadora” é a incorporação na gestão das escolas de procedimentos já utilizados pela gestão de alguns sistemas de ensino, mecanismos que acabam adentrando as salas de aula.

“Aproveitamento de instrumentos jurídicos como as Organizações Sociais e as Sociedades de Propósito Específico para facilitar o engajamento experimental de equipes de educadores vindo de fora do sistema público na construção deste sistema. Tais equipes poderão atuar sobretudo no desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas, nas sequências curriculares especiais, inclusive nas atividades supletivas para alunos com dificuldade, nas escolas de referência e nos Centros de Qualificação Avançada para professores.”

Nesse contexto, ampliando o papel da União, as iniciativas propõem diretrizes de carreira nacional de professor, vinculada ao piso salarial, visando valorizar e atrair um número maior de vocações docentes, além de facilitar a mobilidade dos professores dentro da federação. Esta carreira, construída em etapas, iniciaria na forma especial e suplementar para professores que, mediante o compromisso de manter as metas de desempenho, receberiam adicional ao salário.

Outra medida chamada qualificadora, que segundo esse ideário se tornaria um meio poderoso de influir nos cursos de pedagogia e de licenciatura é a Prova Nacional Docente, que *“exigiria de todos os professores demonstrarem que estão preparados para ensinar nas áreas”*. E, considerando que as instituições privadas formam a maioria dos professores propõe-se um programa de bolsas condicionadas à adaptação desses cursos a protocolos curriculares e ao cumprimento de metas pré-definidas, inclusive estabelecendo que o *“professor no ensino básico tenha a versatilidade necessária para ensinar duas ou três matérias”*.

Esse é o caminho de planificação de metas de desempenho, de salários e de diretrizes da formação de professores que propõe um conjunto

de alterações que se distancia do debate profundo que o processo democrático pressupõe, envolvendo o conjunto das instituições que integram os sistemas de ensino do país. **Esse é o caminho de um projeto que tende a dar errado porque não provoca mudança de concepção, mas produz o alinhamento dos cursos de pedagogia e licenciatura às métricas dos exames nacionais e da prova nacional docente.**

Além de todos os aspectos aqui apontados sobre a concepção do documento *Pátria Educadora* e sobre as propostas que integram essa agenda de construção nacional, preocupa, sobretudo, a orientação estratégica contida no texto que propõe a mobilização da população para formar uma aliança amplamente majoritária para assegurar sua implementação: *“A nação responderá com ardor. E quebrará barreiras, objetivas e subjetivas, à execução da obra libertadora”*.

Oposto a isso, acreditamos que a tarefa do próximo período é garantir as conquistas, combater o retrocesso e avançar na concretização do projeto de educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social para todos e todas.